

## A Assembleia Municipal de Loures e a intenção de criação da Freguesia do Parque das Nações

A população do concelho de Loures esteve durante largas décadas do século XX privada do usufruto da faixa ribeirinha do seu município.

Quem conheceu a margem do Tejo no concelho de Loures até ao final da década de 90 do século passado sabe que ela era um espaço desqualificado, uma lixeira a céu aberto.

Durante demasiado tempo o concelho de Loures e as áreas territoriais junto à sua linha de fronteira foram olhados como um quintal das traseiras para onde podiam ser empurradas as atividades e infraestruturas que Lisboa não queria nomeadamente: unidades industriais fortemente poluentes, como a refinaria, um depósito de material de guerra obsoleto ou ainda a lixeira de Beirolos que durante décadas martirizou toda a zona oriental de Loures e sobretudo as freguesias de Moscavide e Sacavém.

Na década de 90 do século passado a realização da Expo 98 abriu, finalmente, uma janela de oportunidade para a requalificação da faixa ribeirinha e para a sua devolução à comunidade, processo em que a Câmara Municipal se empenhou com determinação desde a primeira hora.

Os munícipes de Loures suportaram quase uma década de sacrifícios impostos pela concretização das obras necessárias à prossecução daquele objetivo por estarem conscientes da sua necessidade, em nome de um futuro melhor.

Com o fim da Exposição surgiram espaços habitacionais e novas populações, emergiu todo um novo e qualificado espaço urbano dotado de equipamentos e infraestruturas culturais e desportivas, amplas e desafogadas zonas de recreio e lazer, a possibilidade de contacto direto com o rio.

Materializava-se assim, embora apenas parcialmente, o que havia sido prometido a Loures com a criação do Parque Tejo/Trancão.

Inexplicavelmente, durante quase década e meia, os governos permitiram que se arrastasse sem solução a questão da assunção de responsabilidades dos municípios na gestão daquele espaço, tendo a Parque Expo assumido nesse ínterim o funcionamento de serviços públicos que, em regra, são municipais.

Vivendo numa área geográfica repartida por dois municípios, várias freguesias, e sob gestão de uma terceira entidade, os habitantes do Parque das Nações foram-se deparando com muitas dificuldades na resolução de problemas, aparentemente simples, do seu quotidiano.

Alimentada por esta situação foi crescendo a infundada ideia de que muitas daquelas contrariedades só seriam ultrapassadas pela integração daquele território num único concelho e freguesia.

A ideia é desde logo infundada porque a qualidade dos serviços públicos prestados não está necessariamente indexada à continuidade ou descontinuidade territorial mas sim às características intrínsecas da prestação.

Entretanto, o atual governo anunciou a extinção do Parque Expo SA, recolocando assim na ordem do dia a questão da responsabilidade dos municípios na gestão do Parque das Nações.

Em simultâneo, iniciou um processo de reorganização administrativa e territorial a que chama “reforma da administração local”, que entretanto foi sendo circunscrito à aglomeração de Freguesias.

A Assembleia Municipal de Loures, na sua reunião de 26 de Abril do ano corrente, deu parecer desfavorável ao projecto de lei 164/XII, do CDS-PP, tendo a mesma decisão face ao projecto de lei 183/XII, do BE, ambos tendo por objetivo a criação da Freguesia do Parque das Nações

No passado dia 1 de Junho, aquando da votação do projeto de reorganização administrativa das freguesias do concelho de Lisboa na Assembleia da República (Projeto de Lei n.º 120/XII), a maioria daquele órgão deliberou, sem qualquer consulta ao Município de Loures, criar a freguesia do Parque das Nações, nela incluindo territórios pertencentes às freguesias de Moscavide e Sacavém que integram o concelho de Loures e alterar também noutros locais a linha de fronteira entre os dois municípios, o que constitui uma grosseira ilegalidade e inconstitucionalidade.

Deste modo, num verdadeiro golpe palaciano, satisfazendo óbvios interesses do PSD, três deputados deste Partido e três deputados do PS, metem no processo da reorganização administrativa de Lisboa, a criação da Freguesia do Parque das Nações, com a absorção ilegal de territórios das Freguesias de Sacavém e de Moscavide, Freguesias do Concelho de Loures.

Segue-se um rocambolesco e ainda não resolvido episódio de alteração de definição de fronteiras, que tira e põe nos Olivais e na Portela, tirando e pondo em Loures e em Lisboa.

Considerando o exposto, O Grupo de Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures entende ser necessário:

1.Exprimir o seu repúdio por esta decisão ilegal e inconstitucional que viola de forma clara o estabelecido no art.º 249 da Constituição da República Portuguesa e a recém-aprovada Lei 22/2012.

2.Mandatar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que assuma perante todas as entidades públicas as ações necessárias à declaração de inconstitucionalidade da lei que criou a Freguesia do Parque das Nações

Loures, 14 de Junho de 2012